



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Leila Alves Allão

UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO EDUCAÇÃO
ESPECIAL E UMA ABORDAGEM DOS SEUS DESAFIOS

Orientador: Prof^a Elaine Constant Pereira de Souza

Rio de Janeiro
agosto de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA

UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL E UMA ABORDAGEM DOS SEUS DESAFIOS

Leila Alves Allão

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como
requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^a Elaine Constant Pereira de Souza.

Rio de Janeiro
Agosto de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Leila Alves Allão

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como
requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Elaine Constant Pereira de Souza- UFRJ

Professor (a) Convidado (a): Reuber Gerbassi Scofano - UFRJ

Professor (a) Convidado (a): Ana Paula de Abreu Costa de Moura - UFRJ

Rio de Janeiro, agosto de 2016

Se tem bigodes de foca
Nariz de tamanduá
-Parece meio estranho, heim!
-Rum!

Também um bico de pato
E um jeitão de sabiá...

Mas se é amigo
Não precisa mudar
É tão lindo

Deixa assim como está
E eu adoro, adoro
Difícil é a gente explicar
Que é tão lindo...

Se tem bigodes de foca
Nariz de tamanduá
-E orelhas de camelo, né tio?
-É!

Mas se é amigo de fato
A gente deixa como ele está...
É tão lindo!

Não precisa mudar
É tão lindo!

É tão bom se gostar
E eu adoro!
É claro!

Bom mesmo é a gente encontrar
Um bom amigo...

“É tão lindo – A Turma do Balão Mágico”

Agradecimentos

Agradeço a Deus por estar presente em todos os momentos de minha vida e por nunca ter me deixado desamparada nas dificuldades.

A minha família (pai, mãe, cunhada, tios, primos e avós) pela paciência e pelo suporte. Que através dos seus exemplos me ajudaram a superar os obstáculos.

A meu irmão que leu por muitas vezes, mesmo sem ser da área de formação dele para simplesmente me ajudar a perceber se eu estava sendo coerente no assunto.

As minhas amigas Fernanda, Renata e Juliana, que dividiram comigo todos os medos e ansiedades.

A meu esposo Rodrigo que também teve ternura nos dias que me encontrava ausente na elaboração deste trabalho, leu e releu por muitas vezes, mesmo sem ser da área de formação dele, demonstrando sempre sua compreensão e carinho.

Agradeço ainda a minha orientadora Elaine Constant que mesmo diante de muitos contratempos, me ajudou a elaborar pensamentos, dedicou seu tempo, suas experiências e me levou a encontrar um caminho na minha vida. Tenha minha eterna gratidão.

Aos professores da Banca Examinadora, Reuber Gerbassi Scofano e Ana Paula de Abreu Costa de Moura, por todas as contribuições dadas.

Resumo

O presente trabalho aborda vivências no âmbito educacional em vista da mudança do panorama escolar brasileiro referente à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em turmas regulares de ensino. Com esses aportes, entendo que devemos refletir sobre a figura do estagiário mediador para dar suporte às escolas que possuem alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em turmas regulares. Desta forma com as contribuições de relatos coletados, registros e uma abordagem teórica pontuarei sobre as dificuldades encontradas pelos professores na realização da inclusão escolar. É sobre o papel do professor tendo como base cinco meses de observação participante.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão educacional, educação especial, praticas pedagógicas, formação docente.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo I	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E A	
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.1 O professor e o acesso às informações sobre a inclusão no ambiente escolar.....	22
Capítulo II	
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO UM ESPAÇO DE	
PERTENCIMENTO.....	25
Capítulo III	
A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	
ESPECIAL.....	28
Considerações Finais.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXOS.....	35

Introdução

Esta monografia pretende apresentar aos leitores uma reflexão com base em estudo de caso decorrente de uma experiência de estágio realizada em uma escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro, no ano de 2011. Acompanhei por cinco meses o cotidiano desta escola, observando os alunos incluídos em classes regulares de ensino e a relação que estes tinham com seus professores. Neste sentido, o desejo de investigar o cotidiano do professor e sua influência nas práticas pedagógicas surgiram a partir de uma experiência como estagiária na Educação Especial. Portanto, é necessário fazer uma pequena apresentação de todo percurso da minha chegada ao tema escolhido.

Partindo da orientação de alguns amigos, fui procurar um estágio que era bastante popular entre os estudantes do Curso de Pedagogia na UFRJ. O estágio remunerado nas Escolas públicas do Município do Rio de Janeiro. Este visava atender tanto os alunos com deficiências, quanto àqueles que precisavam de reforço escolar durante o período de alfabetização. Direcionei-me a Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e esperava por uma entrevista como estagiária. Entretanto, o que encontrei foi uma lista contendo o nome das escolas e suas respectivas demandas, que aos poucos eram preenchidas por ordem de chegada dos candidatos. De acordo com o preenchimento das vagas, os estagiários eram encaminhados para as escolas. O direcionamento às escolas não correspondiam com os interesses acadêmicos iniciais dos estagiários. Assim foi minha aproximação com a Educação Especial, mesmo tendo ido em busca de um estágio de reforço escolar, aceitei o desafio. A Educação Especial é uma área que sempre me instigou, mas sempre tive receio por ser muito ampla, e por serem inúmeras as deficiências e complexa na quantidade de necessidades a serem atendidas.

Em algumas disciplinas do curso de graduação me aproximei desta temática, porém sempre de forma superficial. Alguns aspectos eram apresentados, mas não aprofundados. Assim, o estágio foi à oportunidade de aprender e entender mais sobre algumas necessidades dos alunos considerados “especiais”.

Dentre as escolas da Coordenadoria Regional de Ensino, escolhi a escola X por ser considerado um centro de referência sobre inclusão. Quando cheguei à escola em Julho de 2011 fui bem recebida pela coordenadora e em seguida apresentada à professora da sala de recursos multifuncionais. Ela me apresentou a lista de alunos que precisavam de um acompanhamento presencial e pediu para escolher um aluno para acompanhar. Ela

também informou que alguns alunos precisavam dessa ajuda, mas era pequena a quantidade de estagiários disponibilizados pela CRE para a escola.

O que nos faz pensar a cerca da formação desse profissional que vai lidar diretamente com o alunado da Educação Especial. E não somente dos estagiários ainda em formação, mas dos professores que já estão lidando com essa problemática em sala de aula, pois a *“escola exige do professor o desenvolvimento de competências profissionais que venham possibilitar o acolhimento do aluno com necessidades educacionais especiais (NEEs), não apenas no sentido de proporcionar a socialização, mas de garantir educação com qualidade promovendo o avanço acadêmico nos diferentes níveis* (Nunes, Schirmer e Walter, 2011).” Percebe-se que é uma questão a ser pensada muito antes de a inclusão acontecer na escola regular, pois deve-se refletir, primeiramente, acerca da formação acadêmica dos profissionais de educação. É sabido que muitos autores, em seus estudos, já avaliaram tais problemas mostrando que os currículos favorecem o distanciamento entre conteúdos teóricos e práticos. (NUNES; SCHIRMER; WALTER, 2011).

Ao buscar o estágio em educação especial imaginei que seria uma possibilidade de aprendizado, no qual passaria a compreender os limites e as dificuldades das crianças com algum tipo de deficiência. Parecia ser esta um exercício cotidiano no qual buscaria a melhor maneira de superação. Este seria por meio do diálogo entre o professor regente da turma, o professor da sala de recursos multifuncionais, o estagiário e o aluno com necessidades especiais. Por acreditar na possibilidade de um trabalho coletivo e muito enriquecedor, eu imaginava que o professor regente abordaria um assunto em sala de aula, os estagiários, conjuntamente com o professor da sala de recursos multifuncionais, buscariam a melhor maneira de “trabalhar” o tema com o aluno, como, pensar quais recursos utilizar como suporte didático e quais seriam as atividades importantes para desenvolver o tema abordado em sala de aula de forma que este faça sentido para o aluno. Assim sendo, a perspectiva dialógica teria como foco o aluno e sua inserção e interação social com o ambiente escolar e tudo o que este proporciona, como, a autonomia física e intelectual.

É estabelecido na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a garantia da oferta de uma educação escolar para pessoas com necessidades especiais, com currículos, métodos, técnicas e recursos que atendam às necessidades dos mesmos. Já na resolução 02 de 2001 do Conselho Nacional de Educação propõe-se a oferta de professores especializados e capacitados para trabalhar tanto no ensino especial como no ensino

regular. Percebe-se que há uma ambiguidade entre a teoria e a prática dessa inclusão escolar. Tem-se uma lei que ampara tal processo, mostrando o que é de direito do aluno com necessidades especiais, mas não tem na prática tal qualidade de ensino. (BOATO, 2009)

Mesmo durante a formação acadêmica dos futuros professores da rede pública de ensino, os currículos das universidades abordam o tema Educação Especial em sua grade, que é abordado sempre de maneira geral e algumas deficiências de forma muito superficial. Sabe-se que isso acontece por serem inúmeras as deficiências e suas necessidades, portanto, para que o assunto fosse abordado com mais profundidade, seria necessário um curso de graduação inteiro dedicado ao assunto e ainda assim não se conheceria tudo.

Ao ingressar no ambiente escolar, o professor se depara com uma realidade em que sua turma, normalmente, é composta por muitos alunos e estes com inúmeras necessidades educacionais e em grande parte das vezes Especiais. Isso leva o professor, por muitas vezes, ignorar as dificuldades de todos os alunos, por não saber como lidar com a demanda de necessidades individuais de sua turma.

Voltando à minha experiência, lembro-me da lista com nomes, idades, turmas e as siglas que definiam a necessidade especial de cada criança em questão. Fui informada que auxiliaria mais de uma criança. Inicialmente fiquei assustada por não estar devidamente qualificada para atender as necessidades de uma criança, e certamente estaria ainda menos preparada para atender mais de uma criança com necessidades educacionais distintas. Optei por acompanhar um menino com síndrome de Down e outro aluno com comprometimento motor e na fala. Não havia definição sobre a deficiência do segundo aluno, pois não existia um laudo médico. Havia um quadro composto por várias siglas, que a professora da sala de recursos multifuncionais da escola, que também possui formação acadêmica em fonoaudiologia e psicologia, utilizava para lidar diretamente com isso. Essa lista era utilizada na tentativa de pensar quais são os mecanismos para melhor atender os alunos de acordo com suas necessidades educacionais. Percebi que alguns alunos possuíam várias siglas ao lado do nome do seu nome, indicando que eles tinham mais de uma deficiência.

Quando fui conhecer os alunos, inicialmente, fui apresentada para um menino com Síndrome de Down. Uma criança de oito anos e arredio. Este pedia para eu ir embora e se sentia desconfortável com a minha presença. Cabe ressaltar que este aluno

ficara sozinho desde o início do ano e somente em junho foi solicitado ajuda para monitorá-lo e o seu monitoramento só iniciara em julho.

Eu estava muito ansiosa para conhecer o outro aluno. Segundo os professores desta escola, este seria o que eu teria mais dificuldades, pois o aluno tinha dificuldades para se comunicar. Para o meu espanto, fui informada que este aluno só voltaria à escola no mês de agosto. O final do ano letivo estava cada vez mais próximo e este aluno não estava frequentando o espaço escolar.

Eu imaginava que receberia alguma espécie de orientação para atender os alunos, afinal era uma “estagiária”. Entretanto, não houve nenhum treinamento ou direção, conforme suposto ou esperado. Nenhuma informação prévia foi dada sobre os alunos. Esta situação me deixou perplexa, desencadeando uma série de questionamentos sobre a responsabilidade da minha atuação. Eu estava assumindo a “educação” destas crianças e sentia a falta de uma qualificação adequada para atendê-las. Conforme os dias se passavam, ia ganhando experiência e ficando cada vez mais instigada, em especial, pela forma como ocorria a relação entre professor e aluno na educação especial.

As turmas tinham muitos alunos. Queria fazer algo porque me sentia também responsável por esses alunos, porém exercia o papel de “cuidadora”. Era como se eu estivesse ali para acompanhar os aluno X e Y, e ser responsável pelos seus respectivos comportamentos dentro do ambiente escolar, de forma que não atrapalhasse o rendimento do restante dos outros alunos da mesma classe. Mas, na verdade, queria contribuir de fato para o desenvolvimento educacional das crianças, porque estes também queriam estar de alguma maneira por dentro do assunto. Eu percebia e entendia o “desespero” da professora regente da turma. Também observei que a professora não era envolvida com o planejamento das atividades para esses alunos, cada profissional se detinha sobre o desenvolvimento de sua função. Tal percepção sugere indagar os sentidos sobre a inclusão no cotidiano escolar.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. SANT’ANA, 2004).

Trabalhar a inclusão social dentro do ambiente escolar é sempre uma questão muito complexa por exigir que todo o corpo escolar esteja de fato envolvido nessa questão. Exigem mudanças do espaço físico, em toda uma questão de acessibilidade dos alunos, todo um aperfeiçoamento tanto da direção, quanto do corpo docente de forma que estes estejam abertos a receber a realidade do público da escola e toda uma conscientização da importância de um trabalho coletivo em prol de seu alunado.

A tensão sobre a educação especial fica ainda maior com a época das avaliações enviadas pelo governo, como a PROVA RIO e SAERJINHO¹. Era bastante preocupante a questão da “avaliação da aprendizagem” no contexto da educação especial, porque não se sabe exatamente o que de fato acontece com esses alunos. Não há um acompanhamento qualitativo sobre o que é proposto pelo professor da turma e daquelas avaliações externas.

Para minha surpresa, não menos espantosa que tudo que se referia à falta de consciência em relação a esse grupo de alunos, fui informada que os alunos que não tinham “condições” de fazer as provas externas da escola e eram convidados a ficar em casa nos dias em que as provas eram realizadas. Ao se ausentarem da escola nos dias em que essas avaliações aconteciam, estes alunos eram contabilizados como “faltosos”.

Foi a partir deste procedimento, que se acentuou o meu incômodo em relação ao tratamento das crianças ditas “especiais” e auxiliou no esboço de questões, problematizando esta situação. Como “estagiária” e no meio do curso de Pedagogia, sem informações adequadas, poderia ser a responsável “direta” pela educação de uma criança com alguns comprometimentos e necessidades educacionais especiais? Qual era a função do “estagiário mediador”? Como se dá a relação “professor aluno” com a presença de um estagiário dentro da sala de aula? Como professor e estagiário poderiam ser motivados a desempenhar um trabalho efetivo com esse grupo de alunos, se as avaliações oriundas da Secretaria de Educação não mostravam respeito pela questão da diferença?

Reconheci, o foco do meu interesse acadêmico se deu após cinco meses como mediadora neste estágio.

PROVA RIO, é uma avaliação externa do Rendimento Escolar, que por meio de provas de Português e Matemática, tem como proposta um estudo longitudinal, ou seja, o desempenho dos alunos que participaram do exame em vários anos de sua escolaridade, cujo objetivo é apontar a qualidade do ensino na Rede Municipal. SAERJINHO é um Sistema de Avaliação bimestral, que ajudará a Secretaria de Estado de Educação a elaborar medidas para melhorar o processo de ensino na rede estadual.

Pelo o que foi dito, no período que estive em contato com a Educação Especial, o dia a dia da escola foi revelando que alguns profissionais experimentavam uma crise identitária. Havia um descontentamento e um desânimo muito grande com a profissão docente. Era muito comum ouvir dos professores reclamações sobre: a falta de interesse dos alunos, as más condições de trabalho, a falta de envolvimento da família nas questões educacionais de seus filhos, a desvalorização profissional e salarial, entre outras questões.

Tais questões foram importantes para delinear os capítulos deste trabalho monográfico. Assim, este estudo se divide em três capítulos nos quais pretendem problematizar essas questões que são essenciais para uma ampla análise acerca dos profissionais da educação e com foco a educação especial. O primeiro capítulo relata como o assunto Educação Inclusiva é abordado no site da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro e o despreparo do professor e de toda a comunidade escolar em relação a acessibilidade a Educação Especial, já o segundo capítulo traz a Sala de Recursos Multifuncionais como um lugar onde o aluno se sente a vontade para aprender e membro participante do ambiente escolar e o terceiro capítulo, aborda as avaliações “externas” a escola, avaliações estas que são contrárias a concepção de inclusão, por excluir por muitas vezes todos aqueles alunos que não se mostram aptos a realizá-las e atingir a todas as suas abstrações.

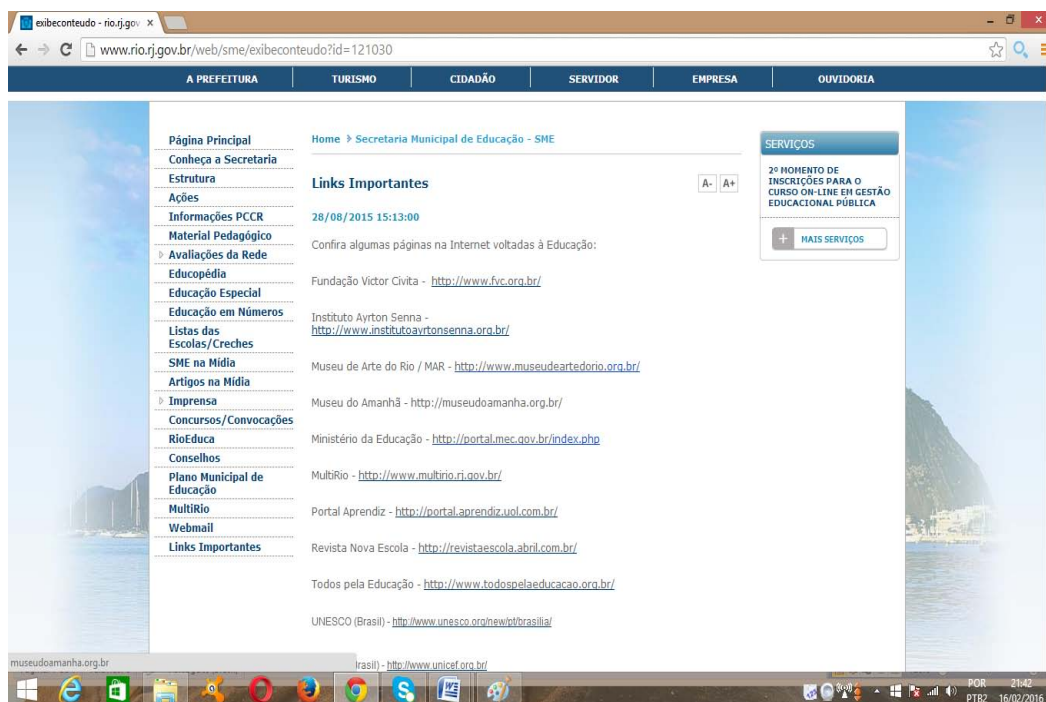
CAPÍTULO 1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

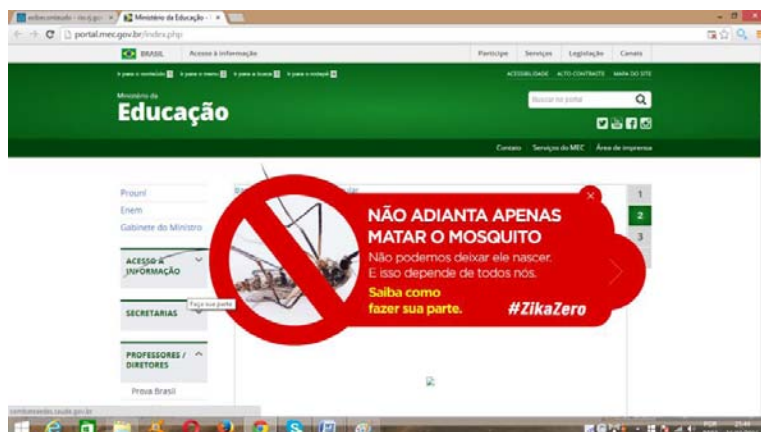
O site da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) foi uma importante fonte de pesquisa para analisar o conceito de Educação Inclusiva. O acesso às informações só pode ser feito através da pesquisa dentro de abas e páginas, sugeridas pelo próprio site.

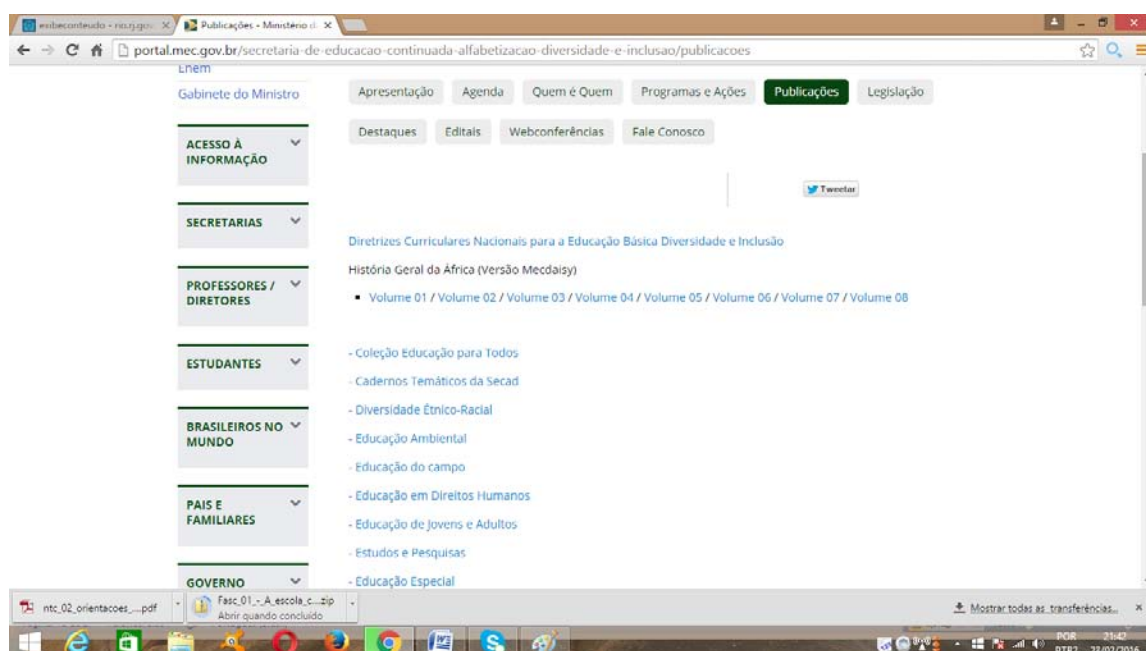
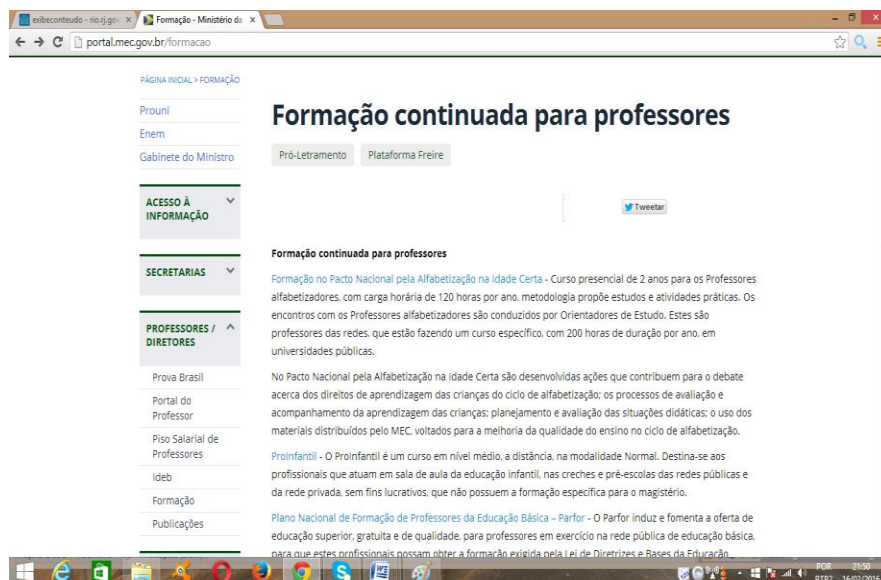


Ao abrir a página principal, logo se vê o tópico educação especial. Nesse tópico foi encontrado apenas a apresentação do órgão responsável pela Educação Especial na rede publica de ensino no município do Rio de Janeiro, quando poderia informar telefone para contato, convites para palestras e cursos de formação continuada no âmbito da Educação Especial, além de artigos científicos, materiais e sites, que facilitassem o acesso as informações e o mesmo acontecesse sempre de maneira estimuladora.



Por não conseguir muitas informações sobre o assunto no tópico referente a educação especial, resolvi pesquisar ainda na mesma página,o tópico Links Importantes. Onde se encontram páginas para pesquisa, o que já amplia as fontes de pesquisa do professor.





Ao pesquisar no site do Ministério de Educação (MEC), busquei o tópico referente ao professor e neste o que se refere à formação do mesmo em relação à Educação especial por meio de publicações. Publicações estas em que o professor faz uma espécie de curso online partindo das Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo este sempre por meio de módulos e vídeo aulas.

Não se pode retirar a importância de se fazer acontecer à educação de acordo com as leis que a rege. Mas, não se pode desconsiderar que deve haver uma aproximação destas com as práticas vivenciadas cotidianamente por esse profissional.

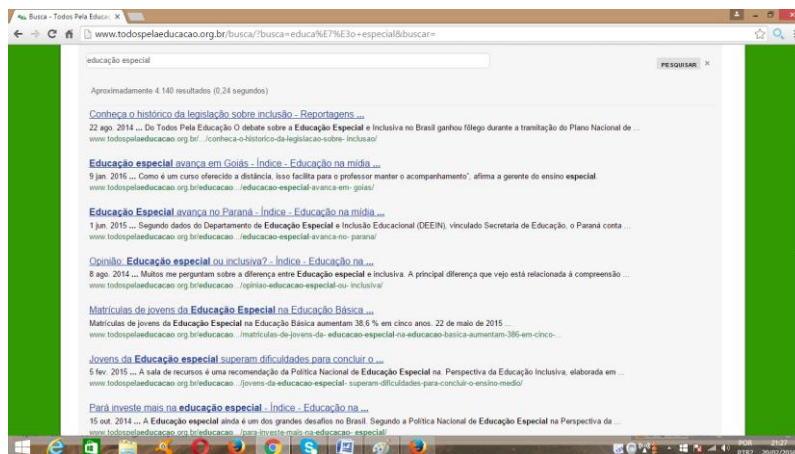


Na página da Multirio, as informações a respeito da Educação Especial estão desatualizadas. Com informações referentes ao Ano de 2014. O que de certa forma acarreta na perda de credibilidade com o público que acessa esse material.

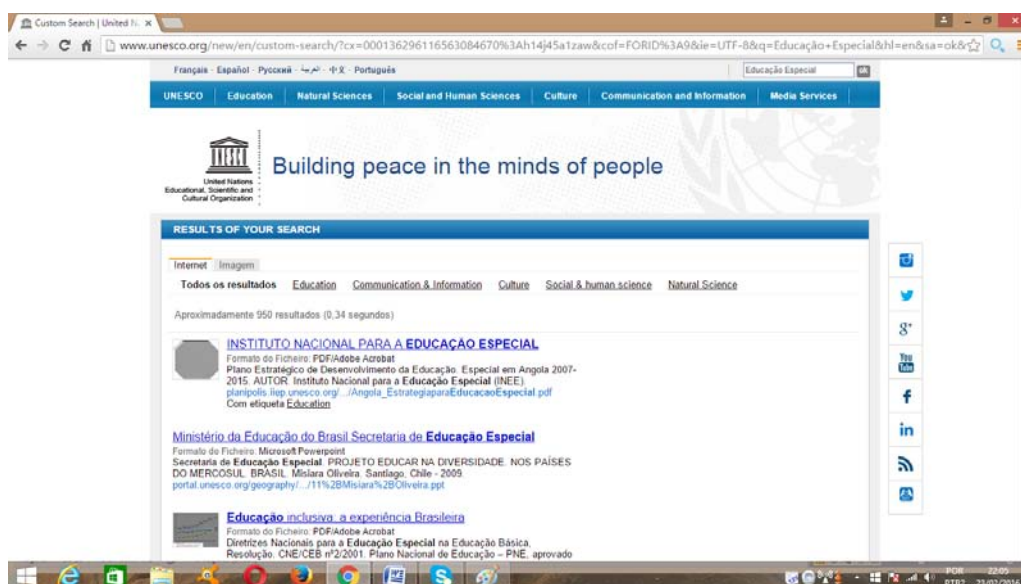
Por ser esta uma página que está atrelada à Secretaria Municipal de Educação, deveria estar sempre com informações atuais.



A página Revista Nova Escola oferece grande quantidade de artigos científicos sobre o tema Educação Especial. Artigos estes, com os títulos mais variados, o que de certa forma amplia a oferta de busca para o professor.



A página Todos Pela Educação traz como foco principal, análises de como esta está funcionando a Educação Especial no Brasil, por meio de estudos de seus índices.



A página da UNESCO traz documentos que regem a Educação Especial.

De acordo com o site da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro se resume a apresentação de um órgão que a rege. Caso o professor queira estudar um pouco mais sobre o assunto, este deve pesquisar muito dentro de cada página oferecida no tópico Links Importantes para ter uma noção das Leis, estudos e pesquisas sobre o funcionamento no Brasil.

As informações que normalmente são oferecidas para os professores da rede pública, muitas vezes ocorrem por meio de uma espécie de curso online, com a exibição de slides. A disponibilização de um assunto enigmático no cotidiano das salas de aula para os professores se faz necessário através de cursos presenciais, que tragam leituras e muito debate, mas isto não acontece.

De uma maneira geral, o site da SME/RJ traz um discurso a respeito de uma Educação inclusiva e de uma formação para os professores que atuam em uma turma regular de ensino, com possíveis alunos a serem incluídos.

Educação Especial

15/08/2015 17:16:00

O Instituto Municipal Helena Antipoff (IHA) é o órgão da Secretaria Municipal de Educação responsável pela Educação Especial nesta Rede Pública de Ensino

O site da SME/RJ deveria disponibilizar o acesso às informações sobre a inclusão escolar. Estas deveriam ser organizadas de forma que o professor encontrasse os temas que se correlacionem com as necessidades educacionais dos alunos de maneira mais fácil. Ao acessar diretamente o tópico: Educação Especial na página principal do site da Secretaria Municipal de Educação nos deparamos apenas com uma apresentação que consiste em abordar apenas o Instituto Municipal Helena Antipoff. Acredito na importância do mesmo, porém é válido ressaltar que este tópico deveria facilitar o acesso aos leitores, disponibilizando outros temas sobre a Educação Especial e não ficando restrito apenas a um importante Instituto.

Ao apontarmos sobre os conteúdos do site da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro abordados no parágrafo anterior é válido pensarmos que para aquele professor iniciante na carreira docente se faz necessário ter um maior acesso as informações que abordam acerca da Educação Especial em vista do acréscimo da demanda deste alunado.

Ao considerar o temor e apreensão para lidar com um aluno deficiente. Sabe-se que a formação acadêmica contempla uma formação superficial, como também é um tema muito complexo e exige a dedicação intensa dos interessados pelo assunto.

“Essa falta de capacitação se dá porque no Brasil, de acordo com Siems (2010), a preocupação com a formação dos professores voltada para a educação inclusiva é muito recente. De acordo com a autora, é necessário mais investimentos nos processos de formação para reconstruir as práticas educacionais, reorientando, assim, os processos

exercidos na Formação de Professores”. (OLIVEIRA; SILVA; PADILHA; BOMFIM,2012).

Por ser esta no Brasil uma questão recente, em comparação a outros países, é que a formação dos professores em relação às necessidades educacionais dos alunos da Educação Especial, está um pouco defasada.

“Um dos questionamentos que envolvem a formação de professores no Brasil refere-se ao modelo de formação que seria mais adequado ao contexto da Educação Inclusiva. Nesse sentido nos apoiamos nas idéias de Bueno (1999 e 2001) quando propõe a formação de dois tipos de profissionais: 1) os “professores generalistas”, que seriam responsáveis pelas classes regulares e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do alunado e 2) os “professores especialistas”, formados para lidar com diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis por dar suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular ou para atuar diretamente com alunos em classes especiais, salas de recursos, etc”. (BUENO, 1999 e 2001; GLAT, 2000; GLAT; PLETSCH, 2004).

De acordo com os apontamentos de Bueno, a maioria das universidades brasileiras, em seus cursos de pedagogia, os professores “aprendem” a dar aulas, sempre abrangendo “todos” os conteúdos de forma breve, por acreditarem que os alunos estão dentro desse ambiente para serem instigados a pesquisarem sobre seus respectivos interesses e também discutem sobre a Educação Especial, mas, sempre de uma maneira muito geral.

“A perspectiva da inclusão escolar presente no contexto educacional do Brasil, vem suscitando muitos questionamentos sobre a formação de professores, seja esta voltada à formação do professor especialista em Educação Especial, seja à formação do professor chamado generalista. Conforme apontado por (MENDES, 2009; GARCIA 2009; GLAT ; PLETSCH, 2010) a precária qualificação dos profissionais da Educação para lidar com a diversidade tem representado uma barreira para o êxito do processo de inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades especiais na escola regular”. (VARGAS; GLAT, 2011).

Assim, na formação acadêmica, os professores discutem a respeito da inclusão, mas sempre com base nas leis. Quando iniciam no universo escolar e lidam com

cotidiano de uma escola “real”, com turmas com uma quantidade enorme de alunos e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, parece que as teorias caem por terra, assim como todas as referências legais previstas pela política de inclusão.

A falta de estrutura física adequada para receber esses alunos e atendê-los nas suas necessidades particulares e a preocupação dos professores, em conseguir realizar um bom trabalho, favorece uma espécie de integração: o aluno está inserido no espaço escolar e frequenta uma turma regular. Porém, na maioria das vezes não fazem as mesmas atividades que o restante da turma, eles só participam de momentos, como, a aula de artes e educação física. Nos demais momentos ficam ou em um cantinho estratégico deste espaço em alguns casos no fundo da sala, de maneira que não atrapalhem o restante do grupo no andamento dos conteúdos correspondentes à série.

Na década de 80 do século XX, a educação especial viveu um momento chamado de Paradigma da Integração. Nesse processo, era o aluno com deficiência que tinha que se adaptar ao espaço educacional. Não era a escola que modificava seus espaços e ensino, se adequando para receber esse aluno, mas sim o aluno que deveria acompanhar o ambiente escolar. O principal objetivo desse paradigma era justamente proporcionar à esse indivíduo um ambiente menos segregado possível. Entretanto, é notório que na prática, o que ocorria era justamente o contrário, pois aquele estudante que não conseguia acompanhar os demais acabava sendo excluído, centrando o problema somente no deficiente, não considerando o meio. (Brando e Nunes, 2007).

“Os sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, cabendo-se às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.(MEC/SEESP,2001).”

Por mais que se almeje uma escola em que todos sejam incluídos, não é possível ignorar as necessidades reais da educação especial. Parece ser necessário um atendimento especializado acontecendo paralelamente à apropriação do conhecimento escolar; a adaptabilidade de toda a estrutura física; formação profissional adequada não somente para os professores, mas para todo o corpo de funcionários da escola. Tudo isto, associado a um trabalho de conscientização social de familiares e amigos. Assim, há a certeza do cumprimento da democratização no cotidiano escolar, pois de acordo com as leis que regem a educação, todas as crianças têm o direito de frequentar o espaço escolar e usufruir dos mesmos direitos.

A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96, no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Em 1999, o decreto nº 3.298, que regulamenta a lei nº 7.853/89 ao dispor sobre a política Educacional para a integração da pessoa portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

1.1.Integração no contexto educacional: possibilidades na educação especial.

No passado, Integração escolar consistia em colocar estudantes com necessidades especiais em classes regulares de ensino, desde que este se mostrasse devidamente apto a frequentar esse espaço. Ao ingressar na escola com muita frequência estes estudantes eram colocados em várias classes. Por exemplo, esse aluno poderia frequentar a aula de matemática da 3ª série, a aula Educação física na 4ª série e a de leitura da 2ª série. Tal procedimento ocorria com aqueles alunos que se mostravam devidamente aptos a frequentar as aulas em turmas regulares e isso se dava de acordo com os níveis de capacidades intelectuais demonstrado por esses alunos. Na verdade esse grupo de alunos não pertencia a nenhuma turma e muito menos reconheciam este espaço com seu.

Integração consiste em um esforço de se inserir na sociedade as pessoas deficientes, mas, isto só acontece se estas se mostram aptas aos padrões impostos pela sociedade, ou seja, o aluno com necessidades especiais deve de alguma forma provar que é capaz de superar as barreiras existentes em seu dia a dia e que merece estar ali naquele espaço.

“Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal”. (MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

De acordo com olhar atual, a integração se constitui em um esforço somente da pessoa deficiente e daqueles que de alguma forma abraçam a causa da inserção destes no convívio social.

Ao observar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, que acontece atualmente nas escolas Municipais, neste caso na cidade do Rio de Janeiro, fica claro que de alguma forma este processo tende a parecer com o processo de Integração Social. Por mais que haja todo um esforço em adaptações físicas de todo o espaço da escola, a disponibilidade de sala de recursos multifuncionais, com um profissional devidamente qualificado, ainda sim temos grandes semelhanças com processo de integração. Porque este processo não ocorre em todas as escolas e a demanda de procura é muito maior que a oferta.

Estão disponíveis os materiais e adaptações para um trabalho com esses alunos, mas não se tem uma capacitação adequada, onde toda a comunidade escolar esteja preparada para a utilização dos recursos, então, de nada adianta todo esse esforço.

A garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribuem para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças. Este fascículo destacou em seus tópicos a importância de se rever a organização pedagógica e administrativa das escolas para que estas possam tornar-se espaços inclusivos.

“A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que ela possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.”(MANTOAN, 2003.)

De acordo com MANTOAN, a inclusão social é entendida como uma ação de toda a sociedade em prol de uma adaptação, para que se possa incluir a todas as pessoas, independente de suas necessidades especiais, de maneira que estas assumam os seus respectivos direitos e deveres dentro da sociedade.

“Pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer em suas comunidades locais. Elas devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais (§26).”(ONU, 1993).

A inclusão social significa uma modificação na sociedade, sendo esta uma espécie de pré-requisito para que um ser humano com necessidades especiais possa exercer seus direitos perante a sociedade, ou seja, *a inclusão, portanto, implica em mudança desse atual paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retratando.*

“Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica em representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos.”(MANTOAN, 2003).

Por mais que seja muito difícil para o professor e todos que estão envolvidos neste ambiente, conhecer e criar mecanismos para lidar com inúmeras necessidades do público escolar. Faz-se cada vez mais necessária toda uma conscientização social para toda a comunidade escolar. De forma que todos os membros da escola sejam eles professores, alunos, diretores, pais, alunos, entre outros, estejam aptos e abertos a superar todas as barreiras de seu grupo de alunos.

“A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.”
(ROPOLI; MANTOAN; SANTOS; MACHADO, 2010).

O reconhecimento por parte da escola, de que todos os alunos são capazes de aprender e ensinar, independente de suas dificuldades e comprometimentos, faz com que os alunos da Educação Especial se vejam com membros integrantes tanto do espaço escolar, quanto da sociedade como um todo. Sendo capazes de cumprir com seus deveres e reivindicar seus direitos como cidadãos.

CAPÍTULO 2

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO UM ESPAÇO DE PERTENCIMENTO

Ao se optar pela construção de um sistema educacional inclusivo, em consonância com os postulados da Declaração de Salamanca (1994), é iniciada, no Brasil, uma reconfiguração das modalidades de ensino e serviços destinados aos alunos com necessidades especiais, entre as quais começa-se pensar a sala de recursos, como um suporte para a Educação Especial.

O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL,2010).

Para que de fato seja efetiva a participação dos alunos com necessidades especiais em toda a proposta pedagógica da escola, se faz necessária toda uma reorganização do espaço escolar. Inicialmente é necessária toda uma adaptação na estrutura física, para que os alunos possam desfrutar de todos os ambientes da escola sem que outras pessoas precisem intervir, além de toda uma consciência social de todos os membros relacionados a esse ambiente, sejam eles professores, funcionários, alunos e seus respectivos familiares.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos, público alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL,2010).

Acompanhei o funcionamento de sala de recursos multifuncionais. Observei que o trabalho realizado neste espaço se mostra interessante para os alunos. Eles gostam de

estar neste local, e se sentem “pertencentes” a este lugar. Se sentem capazes de aprender e não se tornar um incômodo para a escola, mas parte dela.

“A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010).

Neste espaço, os alunos escolhem a atividade para começar o dia. Em seguida, os professores propõem outras atividades, por exemplo, os exercícios para desenvolver a coordenação motora fina, formação de palavras, jogo da memória, colagem, pintura, entre outros.

Na escola em estudo, durante a realização das atividades, os alunos mostravam bastante concentração e se mostravam bem empolgados com o que estavam aprendendo, além de mostrar muita satisfação com o que conseguiam fazer. Costumavam expressar: “olha o que eu já sei fazer sozinho”. Isto os impulsionava a não desistirem de frequentar este espaço na escola.

“*Salas de Recursos*: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum.”[...] (BRASIL, 2001, p.50).

O trabalho pedagógico na sala de recursos só tem sentido se o professor regente da turma em que este aluno pertence, der continuidade na sala regular o que fora de certa forma iniciado na sala de Recursos Multifuncionais .

Moretti e Corrêa (2009, p.487) valorizaram esse serviço, afirmando que na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, "pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar".

De certa forma, a sala de recursos da escola onde a pesquisa foi desenvolvida está tentando cumprir o seu papel no processo inclusivo, considerando que a natureza pedagógica a ela atribuída é a de complementar o atendimento educacional realizado em classes regulares. Vale lembrar que o trabalho desenvolvido na sala de recursos não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos programáticos da classe regular.

CAPÍTULO 3

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao acompanhar um pouco da rotina dessas turmas, inclusive durante o período de avaliação, que neste caso eram as provas enviadas pelo governo, pude observar que as famílias das crianças com necessidades educacionais especiais de maneira geral, eram orientadas a não levarem os seus filhos à escola nos dias em que estas avaliações iriam ocorrer. A partir deste fato, comecei a me questionar de como estes seriam avaliados, se não estavam na escola e nem recebiam uma prova devidamente adaptada as suas necessidades.

Tal procedimento fica claro, quando a escola recebe provas como “Provinha Brasil”, elaborada por programas governamentais de cunho federal e estadual, que servem para avaliar o índice de aprendizado dos alunos matriculados nas escolas da rede pública a nível nacional. Mas quando se trata da Educação Especial, não se pode avaliar da mesma maneira, pois muitos desses alunos não possuem condições físicas e psicológicas para a realização de tarefas com tal complexidade, da forma que estas chegam às escolas. Além, desse tipo de avaliação não considerar todo o progresso obtido pelo aluno durante um determinado período letivo e a sua relação com o professor e com o restante da turma no decorrer das aulas.

Os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender às necessidades dos alunos portadores de deficiência. (MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

Ao serem avaliados pelos exames elaborados pelo governo, de certa forma é exigido do aluno, que o mesmo prove todo o conhecimento adquirido em um período X do ano, além de exigir toda uma capacidade de abstração ao adotar questões de múltipla escolha. O que para muitas pessoas que tenham necessidades educacionais especiais é muito complicado, por não ser uma pergunta direta, e sim de eliminação das opções menos corretas, até que possam chegar a resposta correta.

Ao adotar este tipo de metodologia avaliativa, os órgãos governamentais, que em suas leis prezam por uma política inclusiva, caem em contradição, adotando um método de avaliação que de certa forma exclui aqueles que não se mostram “capazes” de responder a esses tipos de questões.

Incluir não é somente matricular uma criança com necessidades especiais em uma turma regular de ensino, mas sim assegurar ao professor o suporte necessário a sua ação pedagógica de forma que o aprendizado aconteça fazendo sentido tanto para o aluno quanto para o professor.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/ CEB nº2/ 2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (MEC/ SEESP, 2001).

Ao assegurar uma Educação de qualidade para todos, as Diretrizes Nacionais, deixam bem claro que a escola deve se organizar para um bom atendimento de todos. Organização esta que deve estar tanto no espaço físico, quanto nas abordagens pedagógicas, de forma que estas atinjam efetivamente a todos.

Sabe-se que para a Educação Especial é exigida toda uma adaptação dos espaços físicos e de materiais utilizados como recursos pedagógicos o que por muitas vezes se tornam empecilhos para os professores em seu cotidiano.

Outro aspecto que me chamou muita atenção foi à falta de orientação aos professores que estariam atuando diretamente com esse grupo, pois estes alegavam não estarem preparados para receber um aluno com necessidades especiais, principalmente, com uma turma de mais ou menos trinta alunos. Além de não terem recebido, na maioria das vezes, uma formação adequada para o atendimento desses alunos em suas necessidades mais específicas.

“De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro grande, parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que tem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem” (SILVA; RETONDO, 2008, p. 28).

De acordo com o capítulo 5 da LDB 9.394/96 em seu art.58 §1º, sempre que for necessário haverá serviços de apoio especializado para atender as necessidades peculiares dos alunos com necessidades especiais. Por exemplo, um interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como suporte para aprendizagem de um aluno surdo. Mas, quando nos deparamos com a realidade das escolas, vemos o quanto é difícil conseguir todos os suportes. Suportes estes, que fazem toda a diferença no bom desenvolvimento e relacionamento com o ensino e aprendizagem dentro do ambiente escolar.

Considerações finais

O presente estudo procurou apontar a influência que os saberes e a experiência dos docentes exercem sobre a prática pedagógica do professor em sala de aula. No decorrer deste estudo, foi possível perceber que muitas leis garantem uma educação de qualidade para todos, mas que existem também muitos impasses para que essas delimitações se efetivem na prática escola.

Considerando a análise no site da Secretaria Municipal de Educação (SME) é válido ressaltar uma dificuldade em relação as pesquisas referentes aos links e sublinks de sua pagina principal, onde se faz necessário uma pesquisa mais complexa para se chegar a uma determinada página. Outro ponto importante da presente pesquisa é a concepção de Inclusão social, onde percebe-se que esta se distancia muito das realidades das salas de aula. E ao se referir a sala, é importante ressaltar a Sala de Recursos Multifuncionais que é considerado um mecanismo para que a Inclusão ocorra de forma efetiva, um espaço escolar onde o aluno não se perceba diferente dos demais, e sim parte do mesmo. Já as Avaliações Externas da escola, são mecanismos de cunho excludente, por possuírem questões de muita abstração, que mesmo que haja uma adaptação, sempre será algo complexo para o público da Educação Especial, por isso é importante uma reestruturação da parte avaliativa, onde a mesma não deve ter um cunho excludente, ou que maqueie a realidade, mas sim servir como uma ferramenta de melhoria para o processo educativo.

Acredito que esta análise me possibilitou uma reflexão sobre as dificuldades que eu possa encontrar nesse trajeto educacional, mas mesmo mediante as leis e decretos eu nas condições de professor posso ser um mecanismo transformador, eu posso optar por caminhos que condizem com o que é conveniente para mim, ou um outro caminho que pode ser mais difícil, mas que garante uma educação de qualidade para os meus educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

http://ava.grupouninter.com.br/tead/hyperibook/IBPEX/protegidos/FUNDAMENTOS_PARA_EDUCACAO_ESPECIAL_-_IBPEX_DIGITAL.pdf.

BRASIL. **DECRETO 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, Brasília, 2008.

BEAUPRÉ, Pauline. **O desafio da integração escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica**. In MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. P.162-166.

BOATO Elvio Marcos. Edições Loyola **Henri Wallon e a deficiência múltipla – uma proposta de intervenção pedagógica**/, São Paulo, Brasil, 2009.

BUENOE, José. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a formação de Professores: Generalistas ou Especialistas, 2001.

http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=67:criancas-com-necessidades-educativas-especiais-politica-educacional-e-a-formacao-de-professores-generalistas-ou-especialistas&Itemid=16.

FERNANDES, **Fundamentos para a Educação Especial**, p.198.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**, 2007. Viveiros de Castro Editora Ltda. Rio de Janeiro.

<http://www.cpt.com.br/ldb/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada>

MACHADO, Rosângela. **A Escola Comum Inclusiva-fascículo 01 SEESP 1 A Escola Comum Inclusiva MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 2010 Brasília.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar :O que é? Por quê? Como fazer?**, 2003. Editora Moderna (São Paulo).

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial: **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, 2010.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MORETTI, I.G.; CORRÊA, N.M. A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a inclusão' de alunos com deficiência mental em classes comuns. In: v CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., Londrina, 2009. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina., 2009. p.485-492.

NUNES. Leila Regina d'Oliveira de Paula; PELOSI; Myriam Bonadiu; GOMES, Márcia Regina, organizadoras – Rio de Janeiro: 4 Pontos. Estúdio Gráfico e Papéis **Um retrato da Comunicação Alternativa no Brasil: Relato de Pesquisas e Experiências**, Rj , 2007.

_____, **Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência**. 2011.

ONU, 1993, **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas com Deficiência**

OLIVEIRA Elizângela de Souza, SILVA Talita Peppes, PADILHA Meyrecler Aglair de Oliveira, BOMFIM Raphaela da Silva, **Inclusão Social Professores preparados ou não?**, AC, 2012.

<http://portal.mec.gov.br>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.**

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Parecer sobre definição do Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, como parte Diversificada do Currículo. DF, 2007..

<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/07/turno-regular-e-contraturno-garantem-o-aprendizado-dos-alunos-deficientes.html> - Atualizado em 16/07/2011.

<http://registrodebordo.blogspot.com.br/2011/07/prova-rio-e-iderio.html>

<http://revistaescola.abril.com.br>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=1142548>

<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=843535>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>

ROPOLI, Ediliene, MANTOAN, Maria Teresa, SANTOS, Maria Teresinha, MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

ROPOLI, Ediliene, MANTOAN, Maria Teresa, SANTOS, Maria Teresinha, MACHADO, Rosangela. **A Escola Comum Inclusiva-fascículo 01 SEESP 1 A Escola Comum Inclusiva** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 2010 Brasília.

SANT'ANA Izabella Mendes: Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores, SP, 2004.

[SME-Rio - Edital 2014 - Agente de apoio à Educação Especial](#), RJ, 08/05/2014.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>

VARGAS Katiúscia C. GLAT, Rosana Antunes **Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: Os Cursos de Pedagogia em Foco**, 2011.

<http://www.viana.es.gov.br/files/downloads/000007/%5B4%5D%20EDUCA+%C3%A7+%C3%A2O%20ESPECIAL.pdf>).

ANEXOS:

LEI Nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Título V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino Educação especial.

Art. 58. Entende-se por *educação especial*, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida *preferencialmente na rede regular de ensino*, para *educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de *apoio especializado*, na [escola](#) regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O *atendimento educacional* será feito em classes, [escolas](#) ou *serviços especializados*, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de *educação especial*, *dever constitucional do Estado*, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os *sistemas de ensino* assegurarão aos *educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I – *currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização* específicos, para atender às suas necessidades;

II – *terminalidade específica* para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e *aceleração* para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – *professores com especialização adequada* em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva *integração na vida em sociedade*, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – *acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais* suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a *ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação* na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Declaração de Salamanca

Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “...proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a idéia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.